
*Nas teias da administração local:
redes de poder e relações familiares entre oficiais
camarários no Brasil Meridional
(Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/ c. 1830)*

*Local administration webs: power networks and familiars
relations between council officer in the Southern Brazil
(Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/c. 1830)*

*Ana Silvia Volpi Scott**
*Ricardo Schmachtenberg***

Resumo: Nas últimas décadas, tem-se ampliado os estudos sobre as Câmaras Municipais e sobre os poderes que dela emanavam. Além disso, com aporte teórico-metodológico da nova história política, nova história social, da micro-história, auxiliado pela prosopografia, tem-se dado rostos e nomes aos indivíduos que compunham esse universo. Da mesma forma, como instrumento de poder local, as Câmaras Municipais se transformaram em locais privilegiados para a formação de redes de poder e relações familiares. Este artigo analisa a constituição de redes de poder e a formação de relações familiares entre oficiais da Câmara Municipal da Vila de Rio Pardo, no período de 1811 a 1830.

Palavras-chave: redes de poder; relações familiares; câmara municipal.

Abstract: In the recent decades, studies concerning Municipal Councils and its powers have been increased. Besides that, with theoretic methodologic use of the new politics history, new social history, micro-history, helped by prosopography, it was possible to give faces and names to the individuals that were part of that universe. In the same way, as a local power instrument, Municipal Councils were transformed into privileged locals for the formation of power networks and family relationships. This article analyses the constitution of power networks and family relationships formation among officers of the Municipal Council of Rio Pardo Village – from 1811 to 1830.

Keywords: power networks; family relationships; municipal council.

* Doutora em História. Professora no PPG/História da Unisinos. *E-mail:* asilvia@unisinos.br

** Doutor em História. Professor na Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. *E-mail:* cado.rs@ibest.com.br

Redes de poder e as relações familiares: algumas reflexões preliminares

Desde o clássico trabalho *Casa-grande e senzala*, Gilberto Freyre já chamava a atenção à importância da família e das relações familiares para a compreensão da sociedade brasileira em perspectiva histórica. Ademais, Freyre apontava os desdobramentos políticos advindos dessa situação:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado [...] é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra os escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 1999, p. 18-19).

Contudo, os estudos relativos à família, em perspectiva histórica, passaram por grandes transformações desde a publicação da obra de Gilberto Freyre, em 1930. Vejamos algumas delas: a primeira constatação é que, nas últimas décadas, o crescimento dos estudos sobre a família, a partir de uma perspectiva histórica, foi enorme, destacando-se a contribuição fundamental da demografia histórica para alavancar esse campo de conhecimento, especialmente a partir do fim da década de 70 e início da década de 80 (séc. XX). A partir daí, o diálogo frutífero e estimulante com as ciências sociais possibilitou o alargamento das abordagens, que hoje vão muito além das questões demográficas, embora essa vertente continue a fornecer elementos importantes à compreensão da organização e das dinâmicas familiares.

Como se sublinhou em outra oportunidade (SCOTT, 2009), essa abertura necessária a outras áreas se justifica pela complexidade do tema. Está claro que a compreensão dos sistemas familiares do passado não pode limitar-se à análise das variáveis demográficas – inspirados nas metodologias da demografia histórica francesa (seguindo a linha proposta por Louis Henry) – ou mesmo se restringir à análise dos padrões de coresidência – influenciados pelas abordagens da demografia histórica inglesa (*Cambridge Group*). As complexas situações vivenciadas pelas *diferentes famílias* (e aqui é fundamental usar o plural) exigem um instrumental teórico-metodológico de caráter multi e interdisciplinar.

Assim, a ampliação desse universo familiar, para além do núcleo constituído por pais e filhos e/ou corresidentes, englobando a parentela, passou a ser escrutinado pelos historiadores que lançam mão de conceitos e metodologias provenientes, especialmente, da antropologia e da sociologia. Também foi fundamental a contribuição teórico-metodológica advinda da micro-história e da proposta de redução da escala de abordagem, que procura fazer sobressair o comportamento social dos atores históricos. A observação possibilitada através dos jogos de escala permitiu avançar para discussões relativas às estratégias familiares e às redes sociais.

Um rico conjunto de possibilidades abriu-se aos pesquisadores da família quando passaram a admitir que toda ação social é resultado de *negociação, manipulação, escolhas, decisões* do indivíduo e do grupo familiar, diante de uma realidade normativa que, por sua vez, oferece muitas possibilidades de interpretação e liberdades pessoais.

Ao partirmos desse pressuposto, passou a ser fundamental a análise das estratégias de manobra que são utilizadas por indivíduos e famílias para lidar com os sistemas normativos existentes, aproveitando-se de suas brechas e/ou contradições. Portanto, a questão das redes familiares e sociais adquire um papel fundamental quando se opta pela redução da escala de abordagem, já que o indivíduo, suas estratégias e as relações por eles estabelecidas passam a ser o ponto de partida à análise de determinada sociedade ou grupo social.

Ao lado da noção de estratégias familiares, junta-se ainda o conceito de redes sociais, oferecendo ao pesquisador um universo rico e complexo a ser explorado, que pode se valer tanto de fontes produzidas por instituições laicas quanto eclesiásticas. Dessa maneira, o historiador passa a dispor de elementos fundamentais para o estudo das relações entre indivíduos e famílias operacionalizadas pelo uso do conceito de redes, constituídas por meio dos vínculos de variados matizes, que incluem consanguinidade, aliança ou afinidade, além de relações de outra natureza.

Essa é uma vertente que tem recebido a atenção dos historiadores e, na última década, alguns trabalhos que vieram a público ilustram com muita clareza os caminhos mais recentes que a historiografia sobre a família tem percorrido no início do século XXI. Por conta disso, o interesse dos historiadores pelo estudo da família tem apostado na análise das trajetórias individuais e familiares, influenciados pelos estudos microanalíticos, e na utilização do conceito de rede social.

O estudo das redes sociais tem enorme utilidade para o pesquisador e tem aberto caminhos profícuos à compreensão da sociedade brasileira, tanto da época colonial, como ao longo do período imperial. Em que pese as transformações que marcaram a sociedade brasileira, desde o período colonial até o final do século XIX, não é possível deixar de notar que a família continuou a exercer papel central, não só entre os grupos mais privilegiados, como também entre os segmentos menos favorecidos. As relações entre os indivíduos e as famílias, no âmbito das redes constituídas, devem ser entendidas de maneira mais elástica, construídas não só a partir do parentesco biológico, mas dos laços baseados nas alianças matrimoniais, nas relações de compadrio e na “economia do dom”, que funciona através da lógica dos atos de dar e retribuir, constituindo relações de “amizade desigual” que as diferentes esferas de poder legitimavam.²

Nessa lógica familiar, estavam em primeiro lugar os interesses coletivos do grupo, da parentela, daqueles que estavam integrados no círculo de *amigos* e dependentes. Compreender as diferentes tramas que ligavam indivíduos e famílias de distintas posições sociais, nesse universo heterogêneo que é o Brasil escravista, passou a ser o grande desafio dos historiadores da família.

Como sublinhamos, tais estudos se valem de um conjunto diversificado de fontes, que vão desde as mais comumente utilizadas, como os registros paroquiais e listas de população, passando pelos testamentos, inventários *post-mortem*, processos-crime, documentação inquisitorial, cartas, diários, escritura de dotes, de compra e venda de escravos, entre outras. Do ponto de vista das metodologias, há uma predileção pela microanálise, pelo cruzamento de fontes, pelos seguimentos nominativos.

Paralelamente ao vigor que há nos estudos sobre a família em perspectiva histórica, não podemos esquecer a revalorização da história política, mas uma história política que dá ênfase à análise das formas de acesso *ao* e de manutenção do poder, que se volta a um estudo renovado das elites. Sendo assim, “a noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo *elites*, pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações”. (MARTINS, 2007, p. 409). Nessas estratégias de alianças políticas e matrimoniais se reforçam as facções ou grupos locais como forma de reduzir conflitos e disputas entre as famílias.

Nesse sentido, família e poder constituem um binômio privilegiado nas pesquisas, que se preocupam não só com a forma e a organização das diferentes famílias que integram o restrito círculo das elites, mas também as suas relações e estratégias para a manutenção e ocupação de espaços importantes no cenário político-administrativo, desde os níveis locais, regionais e até mesmo nacional, tanto na colônia como no Brasil imperial.

E nesse contexto, estabelecer família, de preferência através do casamento religioso e socialmente reconhecido, era fundamental para a economia e estabilidade de certos grupos, sendo sinal inequívoco de “respeitabilidade” perante a comunidade, além de constituir um dos meios preferenciais de inserção dos indivíduos na sociedade (especialmente os que vinham de fora), sendo também um indicativo importante de prestígio social.

No caso específico das famílias da elite, percebe-se que seguiam estratégias³ que promoviam tanto a preservação e ampliação do *status* e do patrimônio, como também, em muitos casos, buscavam a diversificação das mesmas, alternando alianças motivadas por interesses políticos e econômicos, mediante casamentos endogâmicos e exogâmicos. (MARTINS, 2007, p. 424). É possível verificar que o casamento era um ritual que conferia não somente um ar de celebração, mas também representava prestígio, ostentação, negócios, laços e redes de comunhão, ou seja, deixava de ser um acontecimento privado para se tornar um acontecimento público. Nesse sentido, Mariana Muaze (2008, p. 32) defende que “a política de casamentos era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das melhores famílias”.

Assim como o casamento, o batismo também oferecia oportunidades importantes para o estabelecimento e/ou reforço de certas relações e redes que atendiam aos interesses de determinados grupos familiares e, com isso, tais rituais familiares, de casamento e/ou de batismo, se tornaram importantes mecanismos de relações, de jogo de interesses, de estratégias, de redes sociais, para que uma determinada família ou grupo familiar ocupasse importantes posições no universo das teias que circundavam as relações de poder.

Daí a necessidade de estudos que “articulem as redes sociais, as relações de parentesco, residência e vizinhança; as estratégias matrimoniais e o sistema de heranças, o papel dos vínculos de amizade e solidariedade”. (KÜHN, 2006, p. 16). Podemos também explicitar que esses rituais

geravam não só relações sociais, mas relações de poder, de mando, em que a família demonstrava seu prestígio e sua força perante a sociedade.

Nesse sentido, as redes e as relações familiares, a partir de alianças matrimoniais, se tornaram importantes estratégias adotadas por famílias como forma de reiterar sua posição social e política. Esses comportamentos estão inseridos em um conjunto de estratégias a vinculados a uma complexa “rede formal das relações de consanguinidade ou de aliança, que tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico”. (LEVI, 2000, p. 96).

Maria de Fátima Gouvêa, por outro lado, chama a atenção para o fato de que, dentro desses rituais e comportamentos, os casamentos, estrategicamente, se “configuraram momentos privilegiados de consagração de alianças, quer no âmbito político, quer no econômico e/ou social”. (2005, p. 181). É importante considerar que quanto maior for a rede em que os indivíduos estão envolvidos, principalmente no que se refere às aspirações políticas, maiores serão as chances de sucesso. (MARTINS, 2007, p. 424).

E sendo assim, os arranjos matrimoniais e familiares são fundamentais no processo de reprodução social, assim como têm papel fundamental na trama de interesses políticos e nos espaços de luta por poder. Nesse “jogo político”, os grupos familiares envolviam sogros, genros, cunhados, afilhados e outros indivíduos da esfera familiar, para que, de alguma forma, atuassem coletivamente para assegurar a participação nos processos de decisão e de poder no âmbito da política.

Recentes estudos que analisam a administração municipal têm contribuído significativamente para que esses processos sejam compreendidos e analisados pelos historiadores.⁴ O estudo dos indivíduos e das famílias envolvidos na política local, através da ocupação de cargos nas câmaras municipais, tem colocado em evidência o papel importante que as redes familiares desempenhavam na construção e consolidação do poder de certos grupos. Fica claro que, para conhecermos esses processos de conformação do poder local, são fundamentais as redes sociais e as relações de parentesco que interligam seus personagens, que envolvem as famílias, considerando as relações dinâmicas e constantes com a comunidade, pela via das estratégias de alianças e dos jogos de interesses que se constroem e se refazem permanentemente.

Nesse sentido, partimos do princípio de que as relações familiares e as redes de poder, tanto localmente quanto mais abrangente, estiveram intimamente associadas às Câmaras Municipais. É através da ocupação dos cargos na Câmara Municipal que grupos familiares firmaram sua hegemonia e domínio político e, porque não dizer também, domínio econômico e social sobre a sociedade e a comunidade. Carregados de poder e prestígio social, os cargos camarários eram ocupados pelos “homens bons” da vila. (COMISSOLI, 2008). Assumir cargos da Câmara fossem eles de eleitor, vereador, procurador ou juiz ordinário representava *status* e prestígio perante a sociedade local.

Isso se justifica porque eram esses homens – atores ativos localizados no interior das transformações – que havia na região. Sua conduta encontrava-se vinculada à permanente necessidade de realizar escolhas, de defender determinados interesses e de reivindicar determinados privilégios. (GOUVÊA, 1998). Pensar as redes de poder, concomitantemente às relações familiares, potencializa a construção de uma análise mais rica e atenta à dinâmica local, especialmente às que ocorreram no universo da Câmara Municipal. A riqueza imaterial também estava em jogo, era um bem necessário, importante e definidor de posições sociais. Ou seja, para governar era preciso ter o consentimento da sociedade, ser reconhecido como membro de um grupo de qualidade superior, pertencer aos “homens bons” da vila. Essa condição surge como fator de motivação para a manutenção e ampliação de redes de alianças, redes essas que, na maioria das vezes, se construíam através de matrimônios, de relações familiares. E essas relações, tecidas pelas famílias, foram fundamentais para garantir presença nas instâncias de poder local.

O estudo do caso da Câmara Municipal da Vila de Rio Pardo põe em evidência um conjunto de situações que exemplificam muito bem a ação e as estratégias utilizadas por certos grupos familiares para dominar os espaços de poder, que se construíam a partir da ocupação de cargos camarários, como era preconizado pelas Ordenações Filipinas. Em 20 de maio de 1811, a Câmara Municipal foi criada, e a Vila de Rio Pardo foi oficialmente instalada. Da mesma forma, realizou-se a eleição dos eleitores e esses, por sua vez, indicaram os nomes dos indivíduos que haviam feito parte do processo de eleição para os cargos camarários.⁵ Pelo sistema de pelouro, elegiam-se juízes ordinários, vereadores e o procurador, que atuavam nos três anos subsequentes, nomeando-se, também, os demais oficiais que compunham a instituição camarária.

A Câmara Municipal era o órgão administrativo que fiscalizava o comércio, definia os horários de funcionamento do mercado e aplicava multas, por oficiais designados para tal cobrança, caso algum comerciante deixasse sujo o local ou a qualidade dos alimentos por ele vendidos fosse ruim ou tivesse problemas com pesos e medidas de suas balanças, conforme determinação do Código de Postura Municipal. Essas instituições de poder local também “funcionavam como palco de manifestação de elites locais, possibilitando um canal de diálogo e negociação entre o poder monárquico de Portugal e as diversas elites ultramarinas que compunham o império lusitano”. (COMISSOLI, 2008, p. 25). Além disso, “eram responsáveis por indicar oficiais de diversas funções, entre elas, o juiz almotacé, recolher impostos, realizar obras de melhoria nas povoações e conceder licenças para construção. Essa multiplicidade de funções oferecia aos ocupantes dos cargos camarários um papel de destaque dentro da sociedade”. (COMISSOLI, 2008, p. 25-26).

As redes de poder e as relações familiares entre os oficiais camarários da Câmara Municipal de Rio Pardo: a família de José Joaquim de Figueiredo Neves

Ao analisarmos o funcionamento das estratégias familiares, fica evidenciado que, nas escolhas matrimoniais que ocorreram na Vila de Rio Pardo, a regra de casar com iguais parece ter sido seguida, ao menos na grande maioria dos casos. As alianças feitas a partir dos matrimônios permitem falar que elas foram compatíveis com as estratégias sociais seguidas pelas famílias. Ao que tudo indica, papel importante tinham a família e os pais no momento de quem decidia sobre a escolha dos cônjuges para seus filhos e filhas. Especialmente no caso das filhas, é necessário sublinhar o papel importante que poderiam desempenhar, na medida em que a região recebia muitos homens solteiros que lá iam se fixar, sendo muitos deles originários de Portugal. Assim, o casamento de “forasteiros” com filhas de importantes famílias locais aparece como uma estratégia e um importante mecanismo de inserção social e político desses indivíduos na sociedade local.

Como em outras áreas do Brasil colonial e monárquico, os forasteiros eram bem-vindos, desde que fossem portadores de bons recursos, ou seja, desde que tivessem cabedal e projeção social. (KÜHN, 2006;

HAMEISTER, 2006; COMISSOLI, 2008; FARINATTI, 2010). Adriano Comissoli, ao analisar as elites do Rio Grande de São Pedro no início do século XIX, também encontrou uma altíssima participação de sujeitos nascidos fora do Rio Grande do Sul, demonstrando que “os fluxos migratórios lhes abasteciam com gente de várias partes do império luso-brasileiro na composição camarária”. (COMISSOLI, 2011, p. 100). Para Rio Pardo, percebemos que muitos dos indivíduos que compuseram a Câmara Municipal também eram nascidos fora do Rio Grande do Sul, especialmente de Portugal, e, portanto, ao chegarem à vila, necessitavam se inserir no meio social e, a partir disso, criar mecanismos e estratégias para a ocupação de cargos na Câmara Municipal. E uma das maneiras para que isso acontecesse era contrair matrimônio, de preferência, com a filha de um importante membro da sociedade local, pertencente à elite.

Em função disso, a partir de uma análise, principalmente de fontes como os inventários *post-mortem* e os registros de casamento envolvendo oficiais camarários, percebe-se que a trama e as teias familiares eram a base de sustentação desses indivíduos. A base econômica dessas famílias estava centrada, principalmente, na atividade comercial. Porém, é importante ressaltar que na Vila de Rio Pardo destacaram-se também as atividades mercantil e pecuária e por meio dos casamentos, se conectavam essas importantes áreas econômicas e, a partir disso, potencializavam-se as redes de poder e as relações familiares. (KÜHN, 2006; COSTA, 2011).

Nesse sentido, mais do que a presença majoritária desse ou daquele tipo de casamento, dentro do conjunto da elite de Rio Pardo, o que fica evidente é a multiplicidade de estratégias utilizadas pelos diferentes grupos familiares. Essa combinação produzia famílias fortalecidas em seu campo principal de atividade, mas que também marcavam presença em outros setores, igualmente importantes, na sociedade, famílias que estendiam suas ligações e sua atuação para um nível que ultrapassava o local. (KÜHN, 2006; HAMEISTER, 2006; FARINATTI, 2010).

A análise desses microcosmos que são as famílias, partindo dos sujeitos e dos seguimentos nominativos, nos permite destacar as relações existentes entre eles, as conexões entre as unidades produtivas e atividades econômicas de cada um nesse universo. Segundo Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”. (1989, p. 175). Como resultado,

surgem novas formas de perceber a organização e a estratégia familiar, a formação das redes de poder, bem como a própria estrutura econômica, social e política do grupo familiar.

Num primeiro momento, a análise inicial (envolvendo os oficiais que ocuparam cargos na Câmara Municipal de Rio Pardo no período de 1811 a 1828) se pautou pelas relações familiares dentro da própria família, existentes entre pais e filhos ou entre irmãos, os laços dentro de uma mesma parentela e que exerceram cargos na administração municipal, para, em seguida, privilegiarmos a análise sobre as relações, a formação de alianças e as redes de poder que envolveram os mesmos oficiais camarários com outras famílias, principalmente, a partir de laços de matrimônio. Para tanto, destacamos a família do estancieiro José Joaquim de Figueiredo Neves.

Ele descende de uma antiga e importante família de origem portuguesa estabelecida em Minas Gerais que teve início, no Brasil, com a chegada do Capitão Antônio Ferreira Neves, natural da Freguesia de Santa Eulália de Fermentões, Comarca de Guimarães, Portugal. O capitão contraiu núpcias com Maria Josefa de Jesus Figueiredo, natural do Arraial de Santo Antônio de Casa Branca, Comarca de Vila Rica. (BARATA; BUENO, 2001, p. 984). Tiveram vários descendentes, entre eles José Joaquim de Figueiredo Neves, natural e batizado na Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca, Província de Minas Gerais, de onde partiu, chegando a Rio Pardo no final do século XVIII. (COSTA, 2011).

Nesse sentido, esse deslocamento possibilitou iniciar uma vida longe da comunidade de origem e de outros integrantes de sua família, acabando por fixar residência em Rio Pardo e, estrategicamente, *arranjando uma noiva da terra*. Além disso, o deslocamento para Rio Pardo também possibilitou que José Joaquim de Figueiredo Neves tivesse acesso a terras, por meio da concessão de uma sesmaria em 1790.⁶ Na década seguinte ao recebimento das terras, ele contraiu núpcias com uma moça natural de Rio Pardo, vindo a constituir uma das mais importantes famílias da região e, iniciando uma trajetória política, econômica e social marcada por importantes redes de poder e relações com outras famílias de Rio Pardo, estrategicamente com grupos ligados à exploração da terra e à atividade comercial.

Após fixar residência em Rio Pardo, José Joaquim de Figueiredo Neves ainda receberia outras duas mercês: uma envolvendo a posse de terras, e a outra, uma patente de Sargento-Mor reformado do Terço de

Ordenanças.⁷ Entre as atividades econômicas a que se dedicou, era estancieiro, utilizando-se das terras para a criação de animais e o cultivo de lavoura. Também era dono de uma olaria (fabrico de telhas e tijolos) e que possuía um pequeno estabelecimento comercial em Rio Pardo. Seus bens foram avaliados em 49:014\$406 réis,⁸ portanto, era um indivíduo provido de uma riqueza material considerável. Foi membro da Irmandade do Passos, neto paterno do Capitão Luiz de Figueiredo Leitão, patriarca da família Figueiredo Leitão, de Minas Gerais. Além disso, José Joaquim de Figueiredo Neves foi eleito, em várias oportunidades, para assumir cargos na Câmara Municipal de Rio Pardo.

Sua carreira na administração municipal começou a partir do cargo de juiz almotacé, nomeado em 1811 pela Câmara Municipal. Em 1812, foi eleito juiz ordinário, por barrete, no lugar do Capitão Manoel Thomas do Nascimento e, em 1813, pelo pelouro, foi eleito novamente juiz ordinário. Em 1814, foi empossado pela segunda vez no cargo de juiz almotacé. No ano de 1826, foi eleito para ocupar o cargo de eleitor e em 1828 para o cargo de vereador da câmara. Nesse caso, é importante que se destaque a representatividade que José Joaquim de Figueiredo Neves teve perante a sociedade local ao ocupar importantes cargos na Câmara Municipal. (SCHMACHTENBERG, 2012).

Em relação ao seu matrimônio, José Joaquim de Figueiredo Neves contraiu núpcias no dia 13 de outubro de 1800 com Francisca Ermelinda de Andrade, natural da Vila de Rio Pardo e filha do Tenente (e mais tarde Capitão) de Dragões Joaquim Thomas de Andrade e Siqueira e Maria Joaquina Assumpção.⁹ Estrategicamente, para José Joaquim de Figueiredo Neves, esse casamento possibilitara sua inserção entre as melhores famílias da terra. O casal deixou vários descendentes.

Após o falecimento de sua primeira esposa, José Joaquim de Figueiredo Neves contraiu, em 1812, segundas núpcias com Clara Bernardina de Magalhães, filha do estancieiro e Tenente Ricardo José de Magalhães e Maria Mancio de Avelar, com quem também teve vários filhos.¹⁰ Para José Joaquim de Figueiredo Neves, casar com alguém de igual posição era fator importante para preservar, ampliar seu *status* e fortuna. É importante ressaltar que, no mesmo ano do seu segundo casamento, José Joaquim recebeu mais uma concessão de sesmaria. Para o pai da noiva, a seleção do cônjuge obedeceu a critérios como concentração de poder e de patrimônio e, conseqüentemente, o casamento reforçou a aliança e os laços entre essas duas importantes

famílias de Rio Pardo. Portanto, essa união representou um importante instrumento para a manutenção e consolidação do poder econômico das famílias envolvidas, ou seja, “quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família”. (BACELLAR, 1997, p. 92).

Essa premissa é possível de ser comprovada porque a aliança entre a família do Sargento-Mor José Joaquim de Figueiredo Neves e a do Tenente Ricardo José de Magalhães se evidenciou também a partir do enlace matrimonial de seus filhos. Em 1822 ocorreu o casamento de Izidora Colleta de Figueiredo Neves, filha de José Joaquim de Figueiredo Neves com José Ricardo de Magalhães, filho do estancieiro e Tenente Ricardo José de Magalhães e irmão da segunda esposa de José Joaquim de Figueiredo Neves, Clara Bernardina de Magalhães.¹¹ O mesmo José Ricardo de Magalhães havia sido nomeado juiz almotacé um ano após seu casamento e, na Vila de Rio Pardo, possuía uma loja de ferragens. Após a morte do seu genro, José Joaquim de Figueiredo Neves ficaria como tutor dos três filhos do respectivo casal, ou seja, a fomentação dessa rede está baseada em “vínculos essenciais da existência social” (GOUVÊA, 2010, p. 167), baseados no parentesco, que, combinados, convergem para oportunidades materiais, políticas e sociais.

É possível perceber, portanto, a formação e consolidação de uma rede familiar envolvendo homens de negócios e estancieiros, uma estratégia iniciada com José Joaquim de Figueiredo Neves ao casar-se com a filha de um militar do Regimento de Dragões e, em seguida, no seu segundo casamento, com a filha de um também militar e estancieiro. Posteriormente, essa aliança se ampliou e se solidificou com o casamento de Izidora Colleta de Figueiredo Neves com um importante comerciante de Rio Pardo, José Ricardo de Magalhães, permitindo sua inserção na administração municipal, através da almotaçaria. Portanto, essa teia familiar convergiu, estrategicamente, à aliança entre duas das mais importantes atividades econômicas de Rio Pardo: a comercial e a estancieira. Nesse sentido, a aliança se tornou econômica e politicamente vantajosa para ambas as famílias, unindo filhos de poderosos integrantes da elite local.

Outro filho de José Joaquim de Figueiredo Neves e Francisca Ermelinda de Andrade, o Tenente-Coronel José Joaquim de Andrade Neves contraiu matrimônio, em 1834, com Anna Carolina Julia, filha

do juiz almotacé e Alferes Francisco Gomes da Silva Guimarães e Anna Bernardina da Silva.¹²

O sogro de José Joaquim de Andrade Neves era um importante comerciante e negociante em Rio Pardo, mantinha várias sociedades comerciais e, durante as décadas de 30 e 40 do século XIX foi vereador e procurador da Câmara Municipal. José Joaquim de Andrade Neves se destacaria ao longo do século XIX como um importante político, exercendo ao longo das décadas de 30 e 40 (séc. XX) a função de vereador e juiz municipal. Aliado a isso, foi agraciado, em 1867, com o título de Barão do Triunfo. (COSTA, 2011; BARATA; BUENO, 2001, p. 984). Nesse enlace matrimonial, percebemos novamente as estratégias e alianças familiares envolvendo importantes membros da elite econômica e política, nomeadamente, a família de José Joaquim de Figueiredo Neves e a família de Francisco Gomes da Silva Guimarães. Além disso, esse matrimônio foi resultado de uma reciprocidade e cooperação entre as famílias, cujos objetivos coletivos tinham por finalidade a proteção e a manutenção do respaldo político dessas famílias na localidade. Estrategicamente, essas relações estavam baseadas em uma ampla fonte de favores, “através dos quais passavam informações e trocas, reciprocidade e proteção”. (LEVI, 2000, p. 98).

Victor José de Figueiredo Neves, filho de José Joaquim de Figueiredo Neves, era Major e foi casado com Maria Carolina de Macedo. (LAYTANO, 1946, p. 152). Antônio Ferreira de Andrade Neves, seu outro filho, era doutor e se casou com Ana Clementina de Macedo, ambos os casais eram naturais da Vila de Rio Pardo. As duas noras de José Joaquim de Figueiredo Neves eram filhas do Tenente Vasco Venceslau Pereira de Macedo e Leonor Quirina de Saldanha e netas do Coronel de Engenheiros José de Saldanha, natural de Lisboa.

As estratégias dessas famílias vão além da unidade de residência; serviam também como auto-afirmação numa sociedade em formação, porque o filho do Tenente Vasco Pereira de Macedo, José de Saldanha Pereira de Macedo, que era estancieiro, casou-se com Luciana Prudência Simões Pires, filha de Antônio Simões Pires e de Maria do Carmo Violante de Queiros e Vasconcelos e neta paterna de Mateus Simões Pires, um dos primeiros povoadores de Rio Pardo e uma das mais importantes famílias da vila. Antônio Simões Pires era estancieiro e destacado político, ocupando os cargos de juiz almotacé nomeado em 1813; no ano seguinte, foi eleito procurador; em 1815, novamente juiz almotacé; em 1819,

eleitor da câmara; em 1820, exerceu o cargo de vereador; em 1821, o de juiz almotacé; em 1824, novamente vereador; em 1825, juiz almotacé e, em 1826, foi eleito procurador da Câmara Municipal. Percebe-se que as estratégias e os comportamentos adotados por essas famílias revelam o jogo de interesses políticos e econômicos, a preocupação com a condição social e a busca pela preservação e reprodução do *status*.

Os outros filhos do Sargento-Mor José Joaquim de Figueiredo Neves eram o Capitão Rodrigo José de Figueiredo Neves; Luiza Clara de Figueiredo Neves, casada com Albano Machado de Oliveira Júnior; Clara Augusta Neves, casada com o Capitão João de Anxeta Fontoura; Francisca Hermelinda de Figueiredo, casada com o Guarda-Mor José Eliodoro de Figueiredo. Esse, por sua vez, era primo de José Joaquim de Andrade Neves e foi nomeado juiz almotacé em 1828, no mesmo ano em que José Joaquim de Figueiredo Neves ocupou o cargo de vereador na Câmara Municipal. Os três casais citados acima não permaneceram na Vila de Rio Pardo, e se deslocaram e fixaram residência em Caçapava, onde, a partir dos dotes recebidos pelas filhas de José Joaquim de Figueiredo Neves, conseguiram formar um novo domicílio e constituir uma nova unidade doméstica. Além disso, levaram consigo o nome da família Figueiredo Neves, um cabedal simbólico importante, pois trazia prestígio e respeitabilidade aos membros integrantes de sua família na sociedade local.

Nesse sentido, não podemos negar o papel central que essa família desempenhou no contexto rio-pardense da época. O irmão de José Joaquim de Figueiredo Neves, Thomas de Aquino Figueiredo Neves, também assumiu o cargo de juiz almotacé em 1812; em 1815, foi eleito vereador; em 1819, juiz ordinário; em 1820, novamente foi nomeado juiz almotacé e, nesse mesmo ano, foi eleito juiz ordinário, cargo que ainda ocuparia em 1823 e, em 1826, se elegeria vereador. Porém, após esse período, retornou a Minas Gerais onde contraiu matrimônio com sua prima, Manuela Justina Rosa de Proença, neta do Capitão-Mor Luiz de Figueiredo Leitão, um dos fundadores do Arraial de Santo Antônio da Casa Branca. José Joaquim de Andrade Neves, o “Barão de Triunfo”, foi o único dos filhos de José Joaquim de Figueiredo Neves, que ocupou cargos na administração municipal, tornando-se um destacado político em Rio Pardo e na Província do Rio Grande de São Pedro.

Além disso, as relações e conexões envolvendo a família de José Joaquim de Figueiredo Neves ampliaram-se ao longo das primeiras décadas do século XIX. Dominando o espaço político camarário da Vila de Rio Pardo, os integrantes de sua rede ocuparam os principais cargos da administração municipal. O já citado Alferes (e negociante) Francisco Gomes da Silva Guimarães, foi juiz almotacé em 1822, 1824, 1825 e 1829; era genro de um importante comerciante, João Guilherme Jacques. Esse comerciante, por sua vez, era sogro de Antônio Ferreira Gomes, que, além de ter um estabelecimento comercial, fora juiz almotacé em 1827 e vereador da Câmara Municipal em 1829. Outra filha de Francisco Gomes da Silva Guimarães, Felisberta Gomes, foi casada com o Capitão José Lourenço da Silva Lisboa, filho do estancieiro e juiz almotacé nomeado em 1826 e procurador da câmara eleito em 1827, Francisco Pereira da Silva Lisboa.

As redes e relações de poder se ampliaram quando Joaquim Pedro Salgado contraiu núpcias com Joaquina Romária de Andrade, filha do Capitão Joaquim Thomas de Andrade e Siqueira e, portanto, cunhado de José Joaquim de Figueiredo Neves. Joaquim Pedro Salgado foi um importante negociante na Vila de Rio Pardo e, além disso, exerceu cargos de vereador eleito em 1817 e 1821; de juiz almotacé, em 1822; novamente vereador em 1825; juiz almotacé em 1826; e eleitor da câmara em 1828. Nesse sentido, podemos perceber que a força estratégica desse grupo estava centrada no monopólio que seus indivíduos conseguiram alcançar sobre os cargos da Câmara Municipal durante as primeiras décadas do século XIX, mas também na unidade dos negócios, abrangendo as principais atividades econômicas da Vila de Rio Pardo.

Portanto, é importante assinalar, nesse breve estudo de caso, que, ao longo das primeiras décadas do século XIX, algumas das famílias de elite conseguiram estabelecer redes de poder e relações familiares alicerçadas em um prestígio econômico e social, reforçando a construção de alianças que propiciaram a ocupação de posições privilegiadas no universo camarário de Rio Pardo; portanto, monopolizando os principais cargos da administração municipal. E um estratagema fundamental para alcançar e consolidar sua posição na localidade passou pela *política de casamentos* adotada no período analisado, ou seja, as alianças, redes de poder e relações familiares tiveram um papel igualmente importante como mecanismo e estratégia de escolha, de integração na vida econômica, política e social da família do Sargento-Mor José Joaquim de Figueiredo Neves.

Notas

¹ Para aprofundar essa temática, é essencial recorrer a Marcel Mauss, sobretudo no texto Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

² Definimos o termo *estratégia* como um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de um esforço realizado. São habilidades postas em prática, seja de forma individual, seja através de um grupo familiar para alcançar ou manter um *status* social, político e também econômico. (ZÚÑIGA apud VIVÓ, 2009, p. 265-266).

³ Estudos como de Adriano Comissoli sobre a Câmara Municipal de Porto Alegre (COMISSOLI, 2008), Fábio Kühn sobre a Câmara de Viamão (KÜHN, 2006) e de Carina Martiny sobre a Câmara de São Sebastião do Caí (MARTINY, 2010), são alguns desses estudos que analisam as Câmaras Municipais, seu funcionamento e as relações que ocorreram nesse universo.

⁴ Os eleitores eram indivíduos eleitos pelo *povo* e pela nobreza local e que escolhiam pelo sistema de pelouro os “homens bons” que ocupariam cargos camarários (vereador, juiz e procurador) da Câmara Municipal. “Os ocupantes dos cargos de eleitores e de oficiais camarários também deveriam ser reconhecidos como “nobreza local” pelo seu papel de liderança na localidade. (MONTEIRO, 1997, p. 339). Segundo Fragoso, a

nobreza eram aqueles indivíduos que pertenciam às melhores famílias da terra, eram indivíduos ligados ao poder político do município ou, ainda, aos “homens bons da terra”. (FRAGOSO, 2000, p. 82-91).

⁵ Registro de um campo passado a José Joaquim de Figueiredo Neves. Livro de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo. Livro n. 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP.

⁶ Registro de uma patente de Sargento-Mor reformado de José Joaquim de Figueiredo Neves. Livro de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo. Livro n. 13 – 1825. Rio Pardo: AHMRP. Registro de Sesmarias. Processo n. 334; 335; Maço 22; Cx. 7, 1812. Porto Alegre: AHRS.

⁷ Inventário *Post-Mortem* do Sargento-Mor José Joaquim de Figueiredo Neves. Processo n. 81; Maço 2; 1846. Porto Alegre: Apers.

⁸ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2B – 1793-1809, F199v. Porto Alegre: AHCMPA.

⁹ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809-1832, F33v. Porto Alegre: AHCMPA.

¹⁰ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809-1832. F166. Porto Alegre: AHCMPA.

¹¹ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 5A – 1833-1867. F17. Porto Alegre: AHCMPA.

Referências

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha (Org.). *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 2001. v. 1 e 2. t. 1 e 2.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COMISSOLI, Adriano. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008. v. 1. (Coleção Teses e Dissertações).
- COMISSOLI, Adriano. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- COSTA, Miguel Ângelo Silva da. *Entre a "intolerância política" e a "sede ardente de mando": família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (c.1845-c.1870)*. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/Unisinos, São Leopoldo, 2011.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FRAGOSO, João Luis. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 45-122, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes de poder na América portuguesa: o caso dos "homens bons" do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.
- _____. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 179-197.
- _____. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-

- Graduação em História/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- LAYTANO, Dante de. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tipografia do Centro, 1946.
- _____. *Guia histórico de Rio Pardo*. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História/ Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; Corag, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXII, n. 141, 1997.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- SCHMACHTENBERG, Ricardo. *A arte de governar: redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811-c.1830*. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História/ Unisinos, São Leopoldo, 2012.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Edunesp, 2005.
- SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo-RS: atuações comerciais e relações sociais (1830-1835)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/PUCRS, Porto Alegre, 1998.
- VIVÓ, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.